

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE****Unidade Regional de Regularização Ambiental Sul de Minas -
Coordenação de Controle Processual**

Decisão FEAM/URA SM - CCP nº. 86566832/2024

Belo Horizonte, 18 de abril de 2024.

Proc. SEI Nº 1370.01.0038541/2020-88 - SIAM Nº PA Nº: 00243/1999/002/2002**Requerente:** Furnas Centrais Elétricas S/A

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental - URA Sul de Minas da Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM, no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto Estadual n. 48.707, de 25 de outubro de 2023, **DECIDE:**

Considerando que o proc. SEI Nº 1370.01.0038541/2020-88 - SIAM Nº PA Nº: 00243/1999/002/2002 foi arquivado por não atendimento de informações complementares e, teve decisão judicial para seu desarquivamento em sede de liminar;

Considerando que a decisão judicial adveio em Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra o Estado de Minas Gerais e Furnas Centrais Elétricas S/A, objetivando exigir do Estado providências para a realização de licenciamento ambiental do empreendimento de Furnas;

Considerando que a Desembargadora Áurea Brasil, relatora da apelação no TJMG, proferiu decisão reconhecendo a incompetência absoluta do TJMG, declinando da competência para o julgamento da presente demanda, com a remessa dos autos à Justiça Federal;

Considerando que a Justiça Federal, através do processo judicial n. 1075719-17.2021.4.01.3800, se declarou competente (doc. SEI n. 70298174) para o processo e julgamento da presente demanda, haja vista interesse expressamente manifestado pela União Federal e pela ANEEL;

Considerando manifestação do IBAMA no sentido de afirmar a competência exclusiva do referido órgão ambiental federal para a condução do licenciamento ambiental da UHE Furnas e a finalidade de se evitar tumulto processual em razão das atividades fiscalizatórias dos órgãos ambientais estaduais, deferindo efeito suspensivo integral à apelação interposta por FURNAS contra a sentença proferida pelo MM. Juízo da 3ª Vara de Fazenda Pública de Belo Horizonte;

Considerando que na referida decisão, o MM. Juiz Federal relata que "*Não há qualquer sombra de dúvidas no sentido de que a competência exclusiva para a condução do licenciamento ambiental de Furnas é do IBAMA, fato confirmado pelo Estado de Minas Gerais em suas diversas manifestações nos autos apontando, inclusive, sua ilegitimidade passiva ad causam haja vista que o procedimento de licenciamento perante a SUPRAM teria sido arquivado e inaugurado outro perante o IBAMA*".

Considerando que Já há processo administrativo junto ao órgão Federal Ibama para o licenciamento ambiental do empreendimento (Proc. SEI n. 1370.01.0004034/2023-83), o que, inclusive, gera litispendência administrativa;

Considerando que o IBAMA, de forma inequívoca, traçou sua competência para o licenciamento ambiental em espeque, informando ainda, que não irá realizar qualquer delegação a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (docs. SEI n. 48410348 e 56770720);

Considerando, o Ofício OOAM.F.E.242.2024 de Furnas, datado de 09 de abril de 2024, que reitera a informação de que a regularização ambiental dos empreendimentos da UHE Furnas e da UHE Mascarenhas de Moraes estão atualmente ativos na esfera federal (IBAMA), tornando-se, sob esse perspectiva, desnecessária a continuidade de processos junto à essa FEAM para emissão de licença de operação para as referidas usinas;

Considerando o Memorando 263 (86455768), onde Diretoria de Gestão Regional - DGR da Feam, encaminha expediente para providências cabíveis no que tange aos arquivamentos dos processos;

Considerando o art. 50 da Lei Estadual n. 14.184/02, em que a "A Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente".

DETERMINO o ARQUIVAMENTO do processo SEI Nº 1370.01.0038541/2020-88 - SIAM Nº PA Nº: 00243/1999/002/2002, que tem como requerente Furnas Centrais Elétricas S/A, por perda de objeto.

Ao NAO para publicação e notificação.

Frederico Augusto Massote Bonifácio

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental - URA Sul de Minas

Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Augusto Massote Bonifacio, Chefe Regional**, em 19/04/2024, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **86566832** e o código CRC **0CB3220C**.

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE****Unidade Regional de Regularização Ambiental Sul de Minas - Núcleo de Apoio Operacional**

Decisão FEAM/URA SM - CAF NAO nº. 00243/1999/002/2002/2024

Varginha, 19 de abril de 2024.

FOLHA DE ROSTO DE DECISÃO**DECISÃO DA UNIDADE REGIONAL DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL DO SUL DE MINAS****EMPREENDIMENTO:** Furnas Centrais Elétricas S/A**PROCESSO Nº** 00243/1999/002/2002**MUNICÍPIO:** São José da Barra**LICENÇA:** (X) LOC() **CONCEDIDA COM CONDICIONANTES:**() **CONCEDIDA SEM CONDICIONANTES**() **INDEFERIDA**(X) **ARQUIVAMENTO**() **REVOGAÇÃO**() **ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTE**() **DEFERIDA** () **INDEFERIDA**() **PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CUMPRIMENTO DE CONDICIONANTE**() **DEFERIDA** () **INDEFERIDA**() **PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DA LICENÇA**() **DEFERIDA** () **INDEFERIDA** - VALIDADE: ____/____/____**Frederico Augusto Massote Bonifácio****Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas**



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Augusto Massote Bonifacio, Chefe Regional**, em 22/04/2024, às 10:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **86635945** e o código CRC **52041750**.

Referência: Processo nº 1370.01.0038541/2020-88

SEI nº 86635945